



Texto sobre abuso de autoridade será votado amanhã em comissão

Substitutivo de Requião a dois projetos define mais de 30 tipos penais e trata do crime cometido por agentes públicos de todos os Poderes e esferas de governo

O único item em pauta na Comissão de Constituição e Justiça amanhã é o projeto que define o crime de abuso de autoridade. O texto é o substitutivo de Roberto Requião a uma proposta de Renan

Calheiros e a outra de Randolfe Rodrigues com sugestões apresentadas pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O relatório já foi lido, mas um pedido de vista coletiva adiou a análise. **3**

Proposta prevê comitê para transição de governos **7**

Colegiado vota hoje MP que reajusta salário de servidor **8**

Visitação ao Congresso está suspensa até o início de maio **2**



Jefferson Racy/Agência Senado — 19/4/2017

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, prometeu ler o requerimento hoje

CPI vai investigar maus-tratos a crianças e adolescentes

Com 28 assinaturas, deve ser lido hoje em Plenário requerimento do senador Magno Malta para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito dedicada a analisar a violência a que estão submetidos crianças e adolescentes.

A preocupação com a segurança e o bem-estar dos mais jovens se intensificou após as notícias

sobre o jogo Baleia Azul, que teria induzido, via internet, vários adolescentes em situação de vulnerabilidade à automutilação e ao suicídio.

Apoiador da proposta, o senador José Medeiros afirmou que os responsáveis pelo jogo devem ser punidos por crime de induzir ou instigar alguém a cometer suicídio, previsto no Código Penal. **7**

Debatedores criticam reforma trabalhista e terceirização

A reforma trabalhista proposta pelo governo trará perda salarial, aumento de acidentes de trabalho e flexibilização excessiva de direitos, afirmaram ontem sindicalistas em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

A liberação ampla da ter-

ceirização também pode aumentar casos de trabalhadores em condição análoga à escravidão, avaliou procurador. O representante do Ministério do Trabalho sugeriu aprofundamento do debate entre governo, Legislativo, empresas e trabalhadores. **8**



Paulo Paim (3º à esq.) comanda debate com sindicalistas e agentes públicos



Collor (3º à esq.) conduz audiência na Comissão de Relações Exteriores

Especialistas: líderes ocidentais devem se aproximar da Rússia

As potências ocidentais historicamente têm tentado isolar a Rússia e impedi-la de exercer uma influência mais ampla sobre blocos de países fora do Leste Europeu, afirmaram os participantes de audiência na Comissão de Relações Exterio-

res realizada ontem. Essa postura, disseram, tem alimentado uma reação de cunho nacionalista entre os russos e muitos deles veem o presidente Vladimir Putin como capaz de conduzir a retomada do protagonismo internacional do país. **6**

Senado contratará mulher vítima de violência

O Senado contratará funcionárias terceirizadas vítimas de violência doméstica. Segundo a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, as primeiras mulheres serão chamadas já no próximo mês. O cadastro das trabalhadoras elegíveis foi fornecido pelo governo do Distrito Federal, com o qual o Senado firmou cooperação. **2**

CPI da Previdência vai iniciar trabalhos amanhã

Está marcada para a tarde de amanhã a primeira reunião da CPI que investigará as contas da Previdência Social. A comissão parlamentar de inquérito foi criada por iniciativa do senador Paulo Paim, que é contrário à reforma da Previdência proposta pelo governo federal. **7**

Senadores analisam mudança nas regras de saque do FGTS **8**

MP que afeta Zona Franca de Manaus será votada hoje **7**

Pacote de Abril é tema de reportagens da Rádio Senado **2**

Professores e alunos apoiam reforço psicológico escolar

O Senado analisa projeto sobre oferta obrigatória de assistência psicológica para alunos e professores em todo o ciclo da educação básica. A proposta tem apoio de estudantes, famílias, docentes e pedagogos. **4 e 5**



Participantes do Projeto Jovem Senador de 2013 sugeriram o projeto

José Cruz/Agência Senado — 21/11/2013

Programa do Senado atende mulheres vítimas de violência

Iniciativa pioneira tem o apoio do governo do Distrito Federal. Contrato vai ser por terceirização e as primeiras vagas devem ser preenchidas, segundo a diretora-geral do Senado, já a partir de maio

O SENADO DEVE contratar, via terceirização, mulheres vítimas de violência doméstica. Para assegurar essas vagas nos contratos de terceirização da Casa, foi assinado na quinta-feira um acordo de cooperação entre o Senado e a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do governo do Distrito Federal.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, disse que a primeira licitação com as novas regras foi feita há duas semanas e as primeiras vagas serão preenchidas em maio.

O governo do Distrito Federal vai apoiar o Senado fornecendo cadastro do grupo de mulheres que serão selecionadas segundo o parâmetro de 2% das vagas para cada contrato que envolva 50 ou mais trabalhadores, atendida a qualificação profissional necessária.

— É preciso mudar a cultura, a realidade e o comportamento das pessoas. O Senado tem responsabilidade pública na construção de uma sociedade mais justa. Esse é um ato que vai ficar além da minha gestão, que passará — afirmou Ilana.

O secretário de Trabalho do governo do Distrito Federal, Gutemberg Gomes, afirmou que o acordo é pioneiro e cria uma política estruturante a ser expandida para todo o setor público e também o privado.

Autonomia

Ilana informou que o acordo é resultado de uma iniciativa que se estruturou a partir da visita à Casa da Mulher Brasileira por servidoras do Senado, que organizaram doação de bolsas com itens de higiene e de vestuário para mulheres atendidas pela instituição. Ela avaliou, porém, que somente autonomia e independência financeira poderiam garantir a saída da mulher de uma situação de violência doméstica e garantir-lhe empoderamento.



Diretora Ilana Trombka participa de assinatura de acordo com governo do DF

Foi instituído, então, no Senado, por ato da Comissão Diretora, um programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar. A iniciativa do Senado, avalia o secretário de Trabalho, precisa passar a valer também no Poder Executivo do Distrito Federal.

A deputada distrital Celina Leão (PPS) disse que a Câmara Legislativa já vai adotar as mesmas regras definidas pelo Senado. A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), procuradora especial da Mulher na Câmara, se comprometeu a buscar o apoio da Presidência

A coordenadora da Casa da Mulher Brasileira de Brasília, Iara Lobo, também participou do evento de assinatura do acordo.

da Câmara para fazer o mesmo. As duas foram testemunhas da assinatura do acordo.

Capacitação

Gutemberg Gomes informou que em 2016 foram feitos 19 mil atendimentos na estrutura da secretaria que acolhe as mulheres em situação de violência.

— Em 2016, tivemos 500 mulheres atendidas pela secretaria que participaram do Pronatec. Mas eu sempre digo que não basta capacitação. Temos que inseri-las no mercado de trabalho — argumentou.

Atendida pela Casa da Mulher Brasileira, Evandy Araújo contou que chegou ao local fragilizada e foi muito bem acolhida pelos profissionais, tendo sua vida transformada. Com os cursos que fez na instituição e o apoio recebido, disse, conseguiu organizar sua vida e sentir-se empoderada.

A coordenadora da Casa da Mulher Brasileira de Brasília, Iara Lobo, também participou do evento de assinatura do acordo.

José Medeiros pede investigação cautelosa de chacina em MT

Após pedir que o governo elucidasse o massacre de nove trabalhadores rurais em Colniza (MT), José Medeiros (PSD-MT) disse que é preciso cautela quanto à responsabilização do crime.

Segundo o senador, há a possibilidade de uma quadrilha especializada em grilar terras ter matado os trabalhadores que ocupavam a área, para depois vendê-la, e não pessoas contratadas por fazendeiros, como foi noticiado num primeiro momento.

Medeiros disse que a falta de uma política de regularização fundiária também estimula a violência no campo.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Para Regina, governo federal precisa se posicionar sobre crimes

Regina Sousa (PT-PI) reclamou da falta de posicionamento do governo sobre os nove assassinatos motivados por conflitos de terras em Colniza (MT). Para a senadora, os crimes não têm sido tratados pelo governo nem repercutidos pela mídia da maneira como deveriam, o que pode levar à impunidade.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Regina anunciou que apresentará requerimento para que seja feita uma diligência no local dos assassinatos e afirmou que procurará as autoridades para pedir celeridade e rigor nas investigações.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Paim diz que comissão discutirá assassinato de trabalhadores rurais

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutirá na semana que vem o assassinato de nove trabalhadores rurais na região de Colniza (MT).

O senador disse que há a suspeita de que o crime foi encomendado por fazendeiros. Ele cobrou do governo soluções para os conflitos agrários.

— Nós marcamos uma ida a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Entendemos que atos covardes como esse não devem assustar o povo brasileiro. E cada um deve fazer a sua parte, de forma tal que os mandantes, e não somente os criminosos, respondam por esse crime hediondo.

Visitação ao Congresso está suspensa nesta semana

O programa de visitas ao Congresso foi suspenso na sexta-feira. Tanto a visita espontânea quanto os grupos agendados para esta semana foram cancelados. O motivo é minimizar confrontos diante da greve dos vigilantes e da possibilidade de manifestações que estão sendo organizadas nas redes sociais. A previsão é que o programa seja retomado na primeira semana de maio.

De acordo com o chefe do Serviço de Policiamento Interno do Senado, Edson Jorge da Cruz Coelho, a medida é preventiva.

— Essa é uma ação que a polícia faz em certas situa-

ções para evitar problemas. Nós teremos feriados, e pode haver manifestações. Como há a greve dos vigilantes e nós não sabemos se eles vão trabalhar, achamos melhor paralisar. Eles são essenciais para a visitação, porque são eles que fazem a triagem das pessoas que entram. Sem eles, fica inviável — explicou.

As visitas ao Congresso são gratuitas, abertas a toda a população e podem ser feitas todos os dias, inclusive domingos e feriados, das 8h30 às 17h30. Nas terças, quartas e quintas-feiras, com exceção do período de recesso parlamentar, é necessário agendamento prévio.

Série da Rádio Senado lembra os 40 anos do Pacote de Abril

O último fechamento do Congresso pela ditadura militar está completando 40 anos neste mês. E é sobre esse momento a reportagem especial da Rádio Senado “O Brasil sem Congresso: os 40 anos do Pacote de Abril”.

A reportagem, em cinco capítulos, está sendo apresentada de hoje até a sexta-feira, às 8h30, no programa *Conexão Senado*.

O Executivo decretou o

recesso do Legislativo para promover mudanças nas leis, como a eleição de um terço do Senado pelo voto indireto.

A reportagem resgata áudios, depoimentos de cientistas políticos, historiadores e do senador Airton Sandoval (PMDB-SP), que estava no primeiro mandato na época do Pacote de Abril.

Conexão Senado
• Até sexta-feira, às 8h30

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CE Energias alternativas

9h Votação do relatório de avaliação da política pública sobre a implantação de energias alternativas. Na sequência, votação de cinco projetos, como o PLS 239/2014, que estende a todos os grandes consumidores a livre escolha de fornecedor de energia.

CAE Loterias

10h Votação de 15 itens, como o PLS 62/2007, que coíbe uso de loterias para lavar dinheiro, e o PLS 291/2014, que destina ao Fundo Social recursos públicos desviados por corrupção. Às 14h30, audiência interativa para avaliação do Simples Nacional, com a participação do presidente do Sebrae, Afif Domingos, e o secretário especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria e Comércio, José Ricardo Veiga.

MP 759/2016 Regularização fundiária

10h Votação do relatório da MP, que trata da regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos.

CE Desburocratização

11h Votação de 22 projetos, como o PLS 212/2016, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, e o PLS 383/2016, que cria o Selo de Desburocratização.

CMA Crime ambiental

11h30 Votação de 20 itens, como o PLS 54/2016, que torna crime ambiental o derramamento de chorume por caminhão de lixo.

MP 757/2016 Taxas para a Suframa

14h A comissão mista da MP que cria duas taxas em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus promove audiência com representantes dos governos do Amazonas, de Roraima, de Rondônia, do Acre e do Amapá. Logo após, votação do relatório.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Estão na pauta o PLC 59/2016, que define o que são atividades auxiliares relativas ao serviço postal, e sessões de discussão da PECs 24/2012, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, e 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro.

MP 766/2017 Regularização tributária

14h30 A comissão mista da MP que cria o Programa de Regularização Tributária vota relatório.

PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

14h30 Eunício Oliveira dirige reunião de líderes partidários.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Comissão vota abuso de autoridade amanhã

O texto em pauta, substitutivo de Requião a dois projetos, trata do crime cometido por agentes públicos em sentido amplo e define mais de 30 tipos penais

O PROJETO QUE define o crime de abuso de autoridade é o único item da pauta de amanhã da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h.

O texto em análise é o substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) para duas propostas sobre o tema: o PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), e o PLS 85/2017, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O relator já leu seu voto, mas um pedido de vista coletiva impediu a análise do texto na última reunião.

Requião considera prejudicado o PLS 280/2016 e é favorável ao PLS 85/2017, que reproduz sugestões de procuradores entregues ao Legislativo no fim de março pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O relator considerou que o texto apresentado por Randolfe é o mais adequado, mas ainda assim fez alterações.

Agentes públicos

O texto a ser analisado pela CCJ abrange os crimes de abuso cometidos por agentes públicos em sentido amplo, incluindo militares, servidores e pessoas a eles equiparadas, integrantes do Ministério Público e dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo de todas as esferas da administração pública: federal, estadual,

distrital e municipal.

O substitutivo de Requião estabelece mais de 30 tipos penais, punindo, por exemplo, o juiz que decretar prisão preventiva, busca e apreensão de menor ou outra medida de privação da liberdade em desconformidade com a lei.

Constrangimento

O texto do relator também considera crime fotografar, filmar ou divulgar imagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima em processo penal sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal. Requião disse ter aceitado sugestões de não criminalizar a interpretação da lei, a chamada hermenêutica.

Randolfe e outros senadores



O relator da proposta, Roberto Requião, e o presidente da CCJ, Edison Lobão

defenderam que o texto sobre abuso de autoridade só deveria entrar em pauta após a votação do fim do foro privilegiado. Como há polêmica, o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), concedeu vista

por cinco dias após a apresentação do relatório.

— Poderia conceder vista por 24, 48 horas. Mas concederei por cinco dias. Não admitiremos mais obstrução e nenhuma chicana regimental — disse.

O que prevê o substitutivo de Requião

Crime de hermenêutica	Só há abuso de autoridade se as condutas tiverem a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal. Além disso, a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável e fundamentada, não configura, por si só, abuso.
Alcance	A lei vale para servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; para integrantes do Legislativo, Executivo e Judiciário; do Ministério Público; dos tribunais ou conselhos de Contas.
Efeitos da condenação	- Obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença valor mínimo para reparação dos danos, considerando os prejuízos por ele sofridos. - Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a cinco anos, em caso de reincidência. - Perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência.
Ação Penal	Os crimes previstos na lei são de ação penal pública incondicionada, ou seja, ficam sob a titularidade do Ministério Público e não dependem da vontade da vítima ou de qualquer outra pessoa. Todavia, admitem a legitimidade concorrente do ofendido para a promoção da ação penal privada.
Penas restritivas de direito que podem substituir a prisão	- Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. - Suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com perda dos vencimentos e das vantagens. - Proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no município em que tiver sido praticado o crime e naquele em que residir e trabalhar a vítima, pelo prazo de um a três anos.
Alguns crimes previstos	- Decretar prisão preventiva, busca e apreensão ou outra medida de privação da liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais. - Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo. - Fotografar ou filmar, permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filme ou filmagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal, com o intuito de expor a pessoa a vexame ou à execração pública. - Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou ao de qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão. - Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento. - Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada, ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado. - Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte. - Constranger, sob violência ou grave ameaça, o funcionário ou empregado de hospital a admitir para tratamento pessoa cujo óbito já tenha ocorrido, com o fim de alterar o local ou o momento de crime, prejudicando a apuração. - Induzir ou instigar pessoa a praticar crime para capturá-la em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei.
Prisão temporária	Altera a Lei 7.960/1989, que dispõe sobre a prisão temporária, para determinar que o mandado de prisão tenha o período de duração bem como o dia em que o preso deve ser liberado.
Escuta ambiental	Inclui a escuta ambiental no artigo 10 da Lei 9.296/1996. Tal artigo diz que é crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática ou quebrar segredo da Justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Humberto: nos governos do PT, país virou "motor de desenvolvimento"

Humberto Costa (PT-PE) falou em Plenário sobre seminário feito pela bancada do PT em conjunto com a Fundação Perseu Abramo. O objetivo foi discutir uma alternativa econômica para o Brasil.

De acordo com o senador, foram os governos do PT que tiraram o Brasil do *Mapa da Fome*, beneficiando 36 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza. Segundo ele, nos governos Lula e Dilma o país se transformou em um motor de desenvolvimento na América Latina.

— Derrubada Dilma, o que vimos foi um grupo tomar de assalto o poder para impor uma série de fórmulas cruéis.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Telmário Mota cobra votação de projetos contra corrupção

Telmário Mota (PTB-RR) cobrou do Congresso a votação de propostas que visem dar mais moralidade à vida pública. Ele questionou por que o projeto de iniciativa popular com dez medidas contra corrupção está parado no Congresso.

Além disso, o senador chamou a atenção para a validade da reforma política que começou a ser analisada pelos deputados. Para ele, as ideias em debate não trazem soluções para tornar mais confiável e mais transparente a representação política.

— Está na hora de passar esse país a limpo, para que os humildes tenham moradia, transporte e saúde.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Elmano defende extinção de coligações em eleição proporcional

Elmano Férrer (PMDB-PI) espera que a Câmara aprove a proposta de emenda à Constituição que extingue as coligações entre partidos nas eleições para vereador e deputado.

Para ele, as normas contribuirão para corrigir o rumo do regime democrático, ordenando um sistema "disfuncional".

Segundo o senador, a imposição da cláusula de barreira será mais econômica e tornará mais racional a distribuição do tempo de propaganda gratuita.

— Com um modelo racional, enxuto e dotado de partidos mais orgânicos e em número menor, respeitaremos o bolso do eleitor, que é quem paga pelo Fundo Partidário.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Reguffe quer rapidez na análise sobre fim do foro privilegiado

Reguffe (sem partido-DF) pediu urgência na votação da proposta que acaba com o foro privilegiado para autoridades públicas em caso de crimes comuns (PEC 10/2013). O senador explicou que, como houve pedidos de mudanças no texto, a PEC voltou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois será votada em Plenário.

— Então, o que precisa ser feito? A CCJ votar isso de uma vez, para trazer de novo para o Plenário, e nós votarmos aqui, de uma vez por todas.

Envolvidos em desvios de recursos públicos devem ser punidos, mas cada caso deve ser analisado individualmente, para evitar injustiças, afirmou.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Hélio José pede criação de comissões sobre defesa do consumidor

O Poder Legislativo federal e estadual deve ter comissões que tratem especificamente da defesa do consumidor, disse Hélio José (PMDB-DF) em Plenário.

O senador informou que em 14 unidades da Federação há nas assembleias comissões específicas sobre o tema, o que estreita as relações entre a sociedade e os legisladores e melhora a situação dos consumidores e de contribuintes.

Ele propôs que o Senado tenha comissão própria sobre os direitos dos consumidores. Ele lembrou que a atividade é hoje exercida pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Estudantes e professores defendem assistência psicológica nas escolas

Proposta que obriga a oferta de atendimento durante a educação básica tem apoio de jovens e de colégios, já que 80% dos afastamentos de docentes estão relacionados a causas psíquicas e os alunos esperam ajuda no desempenho escolar, no enfrentamento de problemas sociais e na orientação para a vida

Sergio Vieira

A OFERTA DE assistência psicológica para alunos e professores em todo o ciclo da educação básica pode se tornar obrigatória com a aprovação de um projeto que está em análise no Senado. A sugestão foi apresentada por participantes do Projeto Jovem Senador, em 2013, e tramita com um projeto de lei da Câmara com o mesmo objetivo (PLC 76/2011). A educação básica engloba a educação infantil, o ensino fundamental de nove anos e o ensino médio.

Na justificativa, os jovens senadores Jaqueline Moro, Dieleem Campos, Wenia Oliveira, Rodrigo Sá e Edson Dionísio

defendem que a parceria com a psicologia vai provocar uma melhoria estrutural no desempenho dos estudantes, mencionando que a nova política pública deve contemplar “um atendimento direto aos alunos”.

“Poderia fazer ainda muita diferença no enfrentamento a causas de grande sofrimento para nossa juventude, como violência e gravidez precoce ou até mesmo o vício em entorpecentes e álcool”, anotaram.

O projeto apresentado originalmente pela deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) já foi aprovado pela Câmara e, no Senado, foi unido ao PLS 557/2013, dos jovens senadores. Após passar na Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), a proposta encontra-se na Comissão de Educação (CE), com a relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP).

No Portal e-Cidadania, o projeto conta, até o momento, com 20.664 manifestações favoráveis, contra apenas 77 contrárias.

Mediação

O diretor da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal (UES-DF), Marcelo Acácio, defende que a atuação efetiva de psicólogos teria efeitos positivos.

— Acho que eles devem atuar em parceria com os orientadores educacionais, que hoje estão sobrecarregados, na prática exercendo uma dupla função. Acácio também acredita que os psicólogos poderiam auxiliar bastante na mediação de problemas surgidos na relação aluno-professor. Para ele, a presença também de psiquiatras não pode ser descartada, pois conhece colegas que sofrem de depressão e que só conseguem acompanhar o conteúdo acadêmico à base de tratamento medicamentoso.

O estudante também acredita que os psicólogos cumpriram um papel essencial no enfrentamento ao *bullying* e à depen-



Participantes do Projeto Jovem Senador de 2013 aprovaram a sugestão de projeto que agora é analisado no Senado junto com outra proposta sobre o tema, de deputada

dência química.

— O acesso a álcool e cigarros é muito fácil e, na minha opinião, as campanhas antidrogas veiculadas pela mídia possuem um efeito contrário, na prática aguçam a curiosidade — adverte.

Emendas

A senadora Marta Suplicy, que também é psicóloga, afirma ver pontos positivos na proposta, mas adianta que pretende emendá-la. A intenção é propor uma “rede de segurança escolar” para estudantes que apresentem problemas. Essa rede incluiria o atendimento fora do horário e do ambiente escolar, se necessário diariamente, por meio de um tratamento especial do qual fariam parte visitas às famílias dos estudantes.

— O ideal é que no corpo

multidisciplinar das escolas haja um profissional capacitado para esse tipo de intervenção, com uma “antena”, com sensibilidade e olhar no acompanhamento de crianças e jovens que demandem uma atenção especial.

Marta elogiou o formato dado ao projeto na CAS, quando foi relatado pela senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que incluiu a oferta da assistência psicopedagógica além da psicológica e a permissão para formação de equipes multidisciplinares de atendimento.

— O psicólogo é quem tem a formação mais apropriada na composição das equipes multidisciplinares, porém o profissional não precisa necessariamente ter esta formação.

Marta disse que vai relatar o projeto com base em sua ex-

periência na Prefeitura de São Paulo (2001–2004) e na gestão que considera bem-sucedida de Claudia Costin à frente da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (2009–2014).

— Durante a gestão de Claudia Costin, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [Ideb] no Rio cresceu 22%, com resultados expressivos em comunidades carentes.

A relatora na CE reforça que o Brasil vive uma condição social em que muitas crianças crescem em famílias desestruturadas, com múltiplos problemas como casos gravíssimos de violência, abuso sexual e uso de drogas por parte de familiares.

— A consequência dessa situação é que essas crianças acabam não conseguindo acompanhar o conteúdo escolar de maneira

satisfatória, também em alguns casos causando problemas na própria dinâmica das aulas.

Apoio

Marta disse ver com “naturalidade” o amplo apoio que o PLS 557/2013 tem na internet.

— A não ser nas escolas mais afluentes, não tem um espaço para o aluno conversar. Não tem um espaço para educação sexual, ou privacidade suficiente para que ele expresse seus medos.

Para a senadora, é um “grande retrocesso” a posição de setores da sociedade que pedem restrições na discussão de temas relativos à diversidade sexual, de gênero ou de abordagem feminista pelas escolas.

— Isso só gera mais frustrações e sofrimento e torna mais importante a assistência de psicólogos.

Sindicato abriu clínica coletiva para apoiar professores

Uma pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração (Consad) constatou que, em vários estados, a Secretaria de Educação é o órgão que apresenta o maior percentual de servidores públicos afastados por doença. A estatística é liderada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, onde os índices chegam a atingir 58% de profissionais afastados por licença médica ao menos uma vez por ano: mais de 10 mil afastamentos ao ano.

O secretário de Saúde do Trabalhador no Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Manoel Alves Filho, revela que devido à grande demanda a entidade tomou a iniciativa de prestar assistência psicológica aos docentes para os casos mais graves. Isso porque 80% dos atestados médicos estão relacionados de alguma forma a situações de sofrimento psíquico apresentadas pelos docentes.

■ **O projeto que o Senado analisa pode reduzir os afastamentos de professores?**

Manoel Filho — As condições precarizantes do trabalho docente vêm gerando um



Para Manoel Filho, apoio de psicólogos poderá prevenir doenças de docentes

sofrimento muito grande na nossa categoria. O sofrimento profissional é normal, o problema é quando ele passa a gerar doenças. Temos cerca de 10% dos professores já doentes e 38% em adoecimento, inclusive em estado avançado. Dentro dessa estatística, quase 80% dos casos estão relacionados ao adoecimento psíquico. Se o PLC 76/2011 for efetivado, pode contribuir na promoção da saúde e prevenção de doenças, o que é melhor que tratar o doente.

■ **Essa situação levou o sindicato a efetivar uma parceria com psicólogos?**

Sim. Estabelecemos uma psicodinâmica de trabalho buscando diagnosticar e superar essa situação, porque o ambiente

escolar se reflete não apenas nos professores, mas também nos alunos e nos pais. Temos uma clínica que intervm nos casos mais graves envolvendo professores já doentes ou em adoecimento. Mas nossa intervenção é sempre coletiva, e relacionada ao ambiente escolar. Deslocamos a equipe de psicodinâmica do trabalho à escola se necessário, a partir de casos que chegam à clínica.

■ **O que provoca mais sofrimento ao professor?**

Baixa remuneração, pouco reconhecimento do trabalho e perda da identidade profissional. Mas o que mais causa adoecimento psíquico é a baixa relação democrática no ambiente escolar.

Para especialista, demanda parte de todos os setores

Vladimir Melo é psicólogo clínico e bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal para seu doutorado na Universidade Católica de Brasília. Também atua como palestrante em escolas públicas do Distrito Federal.

■ **Quais são as principais demandas hoje na interface psicologia-escola?**

Vladimir Melo — É cada vez mais presente a demanda da própria escola para que a família busque um tratamento especializado para o jovem, devido às dificuldades estruturais do sistema. Mas há uma demanda de todas as partes em algum momento. Especialmente no ensino médio, que coincide com a adolescência e com uma carga de estudos muito superior à que o jovem estava



Vladimir Melo diz que escolas demandam orientação sobre bullying e sexualidade

acostumado. Esse quadro estressante acaba estourando no ambiente familiar.

■ **Como o psicólogo colabora com os professores?**

Já se reconhece o *bullying* como um grave problema social, uma violência contra crianças e jovens que não é fácil de combater, porque quase

sempre ocorre nos momentos em que o professor não está presente, no recreio ou mesmo fora da escola. Está claro que os professores precisam de uma formação continuada sobre o assunto. Também existe uma demanda grande por apoio de psicólogos nas questões de gênero e sexualidade.



Marta quer aprimorar a proposta para oferecer uma rede de segurança escolar

“Psicólogos podem contribuir no avanço cultural do país”

A presidente do Conselho Regional de Psicologia no Distrito Federal, Vanuza Sales, afirma que os estudantes na educação básica estão na fase de “definir caminhos” e que a interface psicologia-escola pode contribuir nesse processo.

Vanuza é especialista em psicologia escolar pela Universidade de Brasília (UnB) e atua na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

■ **Você acha que os estudantes**

têm sofrido mais de ansiedade e se sentem muito cobrados?

Vanuza Sales — Sim, porque vivemos numa sociedade muito rápida, volátil, em que tudo é para agora. Os jovens já são naturalmente mais ansiosos e agora há uma cobrança muito maior pra que eles deem conta de todo um conjunto de ansiedades, incluindo as da família, as sociais, de definição de carreira etc. Se nesse processo ele não consegue se perceber, pode

acabar recorrendo ao que aparenta ser uma solução rápida, e aí pode se instalar uma dependência química, uma fuga que o tira da cobrança intensa. A escola deve exercer um papel estruturante para que o jovem evite isso, equipando-o criticamente para as boas escolhas e é aí que a psicologia entra.

■ **O psicólogo na escola pode melhorar as notas e ajudar na eventual escolha de um curso superior?**

Sim, mas não só nisso. Em Brasília, eu tive a oportunidade de atuar no suporte a estudantes com necessidades especiais. Hoje temos vários estudantes com síndrome de Down ou autistas que estão nas universidades, trabalhando, casando, constituindo famílias.

Então, nesse e em outros sentidos o Brasil precisa avançar, compreender os sujeitos, seus processos e possibilidades. É

justamente aí que a assistência da psicologia na escola pode fazer diferença.

■ **E na sua atuação, como especialista e na Secretaria de Educação, quais são as principais demandas diretas de psicologia que partem dos estudantes?**

Eles buscam sobretudo quando convivem com prática de violências, abuso de álcool e drogas. A adolescência já é um período muito reflexivo, por ser um momento de transição e trazer toda uma gama de dificuldades e necessidades inerentes a esse processo. E a escola é o espaço para a construção do saber social. Por isso, os educadores têm que estar junto com a gente na defesa dos psicólogos na escola, auxiliando no processo de desenvolvimento humano. A experiência social é muito ampla pela escola, é nela a primeira oportunidade social depois da família.

O aluno deve usar todo o seu potencial, diz orientadora

A orientadora educacional do colégio Elefante Branco, uma das maiores escolas públicas de ensino médio de Brasília, Lúcia Helena Marques, defende que a presença efetiva da psicologia no ambiente escolar melhoraria o desempenho dos estudantes na escola e na vida.

■ **Você sente que o jovem hoje tem sentido mais necessidade de apoio psicológico?**

Lúcia Helena — Com certeza. Hoje os estudantes têm que lidar com muitas pressões que se tornaram inerentes à vida social, e a escola acaba se tornando mais um peso. Se eles contassem com profissionais para ter apoio psicológico dentro da escola, poderiam descobrir e aproveitar melhor seu potencial. Com certeza iriam melhor tanto na vida acadêmica quanto na vida social. E facilitaria a convivência nas famílias, porque há também nelas uma grande desestrutura.



Lúcia Helena acredita que assistência na escola teria reflexos positivos nas famílias

■ **Quais são os principais problemas com que as escolas têm que lidar?**

No ensino médio estão geralmente adolescentes de 14 a 19 anos, e sabemos que essa é uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, em que eles querem experimentar, testar, conhecer tudo. Aliás, conhecem tudo. Dentro da escola, passam por problemas de *bullying*, uso indevido de drogas, acabam

enveredando para o alcoolismo. Temos casos de famílias que não conseguem mais controlar. Os pais chegam na escola e falam, “deem um jeito para mim”. Mas o orientador educacional não tem poder nem formação para isso. Esses problemas individuais e familiares acabam afetando muito o desempenho acadêmico do adolescente e acabamos precisando atender até as famílias.



Para Vanuza Sales, é importante prevenir o uso de álcool e outras drogas



Assista a vídeo da Agência Senado com entrevistas sobre o projeto de assistência psicológica nas escolas: <http://bit.ly/psicologoescola>

Saiba mais

Projeto da Câmara sobre apoio psicológico nas escolas (PLC 76/2011)
<http://bit.ly/PLC76de2011>

Projeto do Senado (PLS 557/2013)
<http://bit.ly/PLS557de2013>

Consulta pública no e-Cidadania
<http://bit.ly/consultaPLS557>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Debate aponta risco em tentativa de isolar Rússia

No Senado, especialistas disseram que Ocidente precisa se aproximar de Moscou e construir cooperação internacional. Para eles, isolamento leva a reação nacionalista

OS PARTICIPANTES DA audiência pública realizada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) afirmaram que as potências ocidentais atuam historicamente para isolar a Rússia e impedi-la de exercer uma influência mais ampla fora do Leste Europeu. No entanto, alertaram eles, tal postura tem alimentado uma reação de cunho nacionalista e pode gerar um efeito oposto ao pretendido.

Essa foi a terceira audiência pública do ciclo de painéis da CRE sobre a atual conjuntura global.

As análises se concentraram na figura do presidente Vladimir Putin e em sua atuação em eventos como a guerra com a Geórgia, em 2008, a anexação da Crimeia e o conflito com a Ucrânia, desde 2014, e a atual crise na Síria. Segundo os convidados, esses eventos contribuíram para o fortalecimento da liderança de Putin.

União Soviética

O coronel Marco Antonio de Freitas Coutinho, que foi adido militar do Brasil em



Fernando Collor (3º à esq.) conduz audiência na Comissão de Relações Exteriores sobre papel da Rússia no globo

Moscou, explicou que no início do século 20, com a revolução bolchevique e a formação da União Soviética, a influência russa na Europa passou a ser contida por meio de um “cordão sanitário” geopolítico, devido ao temor de que o comunismo se espalhasse pelo continente. Essa postura se manteve ao longo dos anos.

— A teoria da contenção balizou a política americana e de seus aliados ocidentais durante toda a Guerra Fria. Considerar a Rússia um *player* europeu não é o desejo das potências ocidentais — disse.

Para o jornalista português Carlos Fino, que trabalhou como correspondente da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) na Rússia durante a dissolução da União Soviética, essa estratégia foi bem-sucedida ao dissociar diversas repúblicas do controle de Moscou, mas ainda assim ela não desmontou a força do país:

— Mesmo depois da redução estratégica a que foi submetida, a expansão russa é incrível. Ainda hoje, ela é o maior país do mundo em termos territoriais e continua a ser uma potência em termos

populacionais e de riquezas naturais.

Protagonismo

Para a professora Lenina Pomeranz, da Universidade de São Paulo (USP), o sentimento interno preponderante entre os russos é pela retomada do protagonismo internacional do país, e o atual presidente é capaz de encarnar isso.

— O nacionalismo cresceu e Putin é hoje avaliado positivamente por mais de 80% da população, porque ele seria o defensor dos interesses nacionais da Rússia. O “tiro” está

dando resultados, mas não os que eram esperados.

O presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), Gustavo Trompowsky Heck, fez uma comparação para projetar o que significaria a continuidade ou o recrudescimento da política de enfrentamento hoje adotada pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

— Após a Guerra Fria, houve um total abandono do Ocidente em relação à Rússia. Isso também aconteceu no pós-1ª Guerra em relação à Alemanha. O que houve? A emergência de uma liderança populista — alertou, traçando um paralelo com a ascensão de Hitler.

Os participantes da audiência pública defenderam uma maior aproximação das potências ocidentais com a Rússia e a construção de uma cooperação internacional que respeite os interesses de todos os lados. No caso da Rússia, explicaram, isso significa a manutenção de bases navais na Crimeia e na Síria. O fim da escalada militar nessas regiões é visto como uma necessidade.

Comissão avalia legalização de imóveis em áreas da União

A comissão mista responsável pela Medida Provisória 759/2016, que desburocratiza a regularização de imóveis em áreas da União, deve analisar hoje relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre o texto.

A MP definiu novas regras

de regularização de imóveis para quem ocupa terreno da União ou particular, de forma já consolidada. Também estabeleceu critérios de seleção para projetos de reforma agrária, proibindo a participação de servidores

públicos, proprietários rurais, empresários e pessoas que tenham renda familiar mensal superior a três salários mínimos ou mais de meio salário mínimo por pessoa.

Foram feitas quatro audiências para debater a MP. Espe-

cialistas em direito urbanístico e representantes dos cartórios de registros manifestaram-se contra a medida, que consideraram inconstitucional e ilegal, por promover a legitimação fundiária de bens imóveis por ato discricionário.

Já para os representantes do governo, entre eles os que participaram da elaboração do texto, a intenção é solucionar o problema do acesso à moradia, simplificar e agilizar os processos de regularização fundiária urbana e rural.

Colegiado analisa relatório sobre MP para regularização tributária

O relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) sobre a medida provisória que criou o Programa de Regularização Tributária (MP 766/2017) será apresentado hoje, a partir das 14h30, à comissão mista responsável por analisá-la.

De acordo com o governo, a MP tem o objetivo de prevenir e reduzir demandas administrativas ou judiciais relacionadas a créditos tributários e

não tributários, além de regularizar as dívidas tributárias exigíveis, parceladas ou com exigibilidade suspensa na Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa abrange dívidas até novembro de 2016 e a adesão vai até 31 de maio.

A comissão é presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) e tem o deputado Andres Sanchez (PT-SP) como vice-presidente.

Efeitos do Simples Nacional serão tema de audiência hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate hoje, às 14h30, o Simples Nacional, no tocante aos impactos sobre a geração de empregos, a redução da informalidade na atividade econômica, o aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais e o incentivo ao empreendedorismo e à inovação. A audiência pública faz parte do ciclo de avaliação de políticas públicas prevista

no Regimento Interno do Senado.

Foram convidados o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, e o secretário especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, José Ricardo Veiga. O pedido para o debate foi apresentado pelo senador José Pimentel (PT-CE).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado investigará maus-tratos a crianças

Magno Malta pediu a criação de uma CPI para analisar a situação de violência vivida por crianças e adolescentes brasileiros. Jogo de desafios Baleia Azul será um dos alvos

O SENADO PODE instalar nos próximos dias uma CPI para investigar maus-tratos a crianças. O presidente da Casa, Eunício Oliveira, se comprometeu a fazer hoje a leitura do requerimento pela instalação da CPI. O requerimento, do senador Magno Malta (PR-ES), já obteve 28 assinaturas.

Eunício disse na sessão plenária de quarta-feira que lerá o requerimento pela criação da CPI e ressaltou que o Senado aprovou, na semana passada, vários projetos que tratam da defesa da criança e do adolescente.

Ele sublinhou a aprovação de projeto (PLS 209/2008), do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que alterou a Lei da Inelegibilidade para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil. O projeto foi relatado por Magno Malta.

A comissão parlamentar de inquérito sobre maus-tratos a menores será composta por sete membros titulares e cinco suplentes e terá prazo de 180 dias para investigar as irregularidades e crimes relacionados



Vítimas de violência doméstica, crianças e suas mães recebem assistência na Casa Abrigo do Distrito Federal

aos maus-tratos a crianças e adolescentes do país.

Homicídios

Magno Malta afirma, na justificativa do requerimento, que há vários tipos de violência contra crianças e adolescentes. Entre elas, o abandono em instituições e abrigos, o trabalho infantil, maus-tratos físicos, psicológicos e intelectuais, negligência e abusos sexuais. O senador destaca que são

inúmeras as denúncias apresentadas todos os dias pela imprensa e que, na maioria dos casos, os agressores são pessoas que deveriam proteger os menores.

Além disso, Malta citou dados do relatório *Violência Letal contra as Crianças e Adolescentes do Brasil*, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, segundo o qual, em um conjunto de 85 nações analisadas, o Brasil ocupa o

terceiro lugar em homicídios de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

Baleia Azul

Na sessão plenária de quarta-feira, Malta disse que o país está diante de um quadro de piora da violência contra as crianças. O senador mencionou o jogo virtual Baleia Azul, no qual seriam propostos aos jogadores 50 desafios macabros, como automutilação e

suicídio. Os jogadores geralmente são crianças e adolescentes, que, além de estarem mais suscetíveis a influências de terceiros, passam mais tempo em redes sociais.

— Estamos diante de um quadro pior porque, com o advento da tecnologia e da internet, estamos diante de situações de suicídio. Nós havíamos denunciado crianças se automutilando com giletes por incentivo de jogos na internet, onde eles provocam a criança que sofre com dissabores no lar — disse.

José Medeiros (PSD-MT) também se manifestou, afirmando que os responsáveis pelo jogo devem ser punidos por induzir ou instigar alguém a cometer suicídio.

— Você, que está mexendo no jogo, saiba que está cometendo um crime definido no artigo 122 do Código Penal, de induzimento ou instigação ou auxílio ao suicídio, com pena prevista de reclusão de dois a seis anos, podendo a pena ser duplicada caso a vítima seja menor de 18 anos, o que na maioria das vezes é o caso — disse o senador.

CPI da Previdência Social será instalada amanhã

Está marcada para as 15h de amanhã a primeira reunião de trabalho da CPI da Previdência Social, que teve a composição concluída semana passada. Na pauta, a escolha do presidente, vice-presidente e relator do colegiado, criado para investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo as receitas e as despesas do sistema, bem como os possíveis desvios de recursos.

A CPI é uma iniciativa de Paulo Paim (PT-RS) que reuniu 60 assinaturas — mais que o dobro do necessário, 27 assinaturas — para verificar

as dívidas de grandes empresas com a Previdência, a sonegação e a concessão de anistias, desonerações e desvinculações tributárias que teriam provocado o desabastecimento do caixa do setor nos últimos anos.

A comissão será formada por sete membros titulares e cinco suplentes, com prazo de funcionamento de 120 dias, prorrogável por mais 120. Ela terá uma dotação orçamentária de até R\$ 100 mil para custear suas despesas.

A reunião de instalação será na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Colegiado pode votar criação de comitês de transição de governo

A manipulação de dados e a omissão de informações são as principais razões para instituir um comitê de transição de governo a cada troca de chefe do Poder Executivo, em níveis federal, estadual e municipal. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 55/2017, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que prevê a criação desses comitês, está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o texto, caberá ao chefe do Executivo criar o comitê, com integrantes das áreas de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal, dez dias após a homologação do resultado das eleições. Esse comitê deverá ter pelo menos dois membros indicados pelo

candidato eleito.

O projeto, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), lista uma série de documentos que o comitê deverá apresentar ao chefe do Poder Executivo eleito, como lei orçamentária, demonstrativo de saldos disponíveis, balançetes mensais, informações sobre as dívidas, relação de compromissos financeiros de longo prazo e de débitos previdenciários, inventário de bens patrimoniais e número de servidores efetivos e comissionados por unidade administrativa.

O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), defendeu a proposta e apresentou apenas duas emendas de redação. Após a tramitação na CAE, o PLS 55/2017 segue para deliberação do Plenário.

Integrantes indicados

	TITULARES	SUPLENTES
PMDB	Hélio José (PMDB-DF) Rose de Freitas (PMDB-ES)	VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	Paulo Paim (PT-RS)	José Pimentel (PT-CE)
Bloco Social Democrata (DEM, PSDB, PV)	Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	Lasier Martins (PSD-RS)	José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, Rede)	João Capiberibe (PSB-AP)	Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Bloco Moderador (PTC, PR, PSC, PTB, PRB)	VAGO	VAGO

Comissão debate taxas cobradas na Zona Franca de Manaus

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MPV) 757/2016, que trata da cobrança de taxas na Zona Franca de Manaus, vota hoje o relatório de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A votação acontecerá após audiência pública também marcada para hoje, às 14h30.

A senadora já sinalizou que

promoverá mudanças na MP, que recebeu 11 emendas. Os estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Acre e Amapá deverão ter representantes no debate programado pela comissão.

A MP foi editada no final do ano passado após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar ilegal a Taxa de Serviços

Administrativos (TSA) cobrada na Zona Franca de Manaus. Para substituir a TSA, a MP estabeleceu duas taxas administrativas para custeio das atividades da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços estão sendo cobradas

dos estabelecimentos que usufruem de benefícios fiscais, tanto na indústria quanto no comércio.

Além de regulamentar a cobrança das taxas, a MP também determina que a importação de mercadorias estrangeiras ou a entrada de produtos procedentes do território nacional no âmbito da

Zona Franca de Manaus, das áreas de livre comércio ou da Amazônia Ocidental deverá ser licenciada ou registrada pela Suframa.

A comissão mista tem como presidente a deputada Maria Helena (PSB-RR) e como vice o senador Paulo Rocha (PT-PA). O relator-revisor é o deputado Átila Lins (PSD-AM).

Em audiência, sindicalistas atacam reforma trabalhista e terceirização

Debatedores apontaram perda salarial, flexibilidade excessiva e aumento de acidentes de trabalho como prováveis efeitos da proposta do governo

ASPECTOS DA REFORMA trabalhista proposta pelo governo foram contestados por representantes sindicais que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

Além de mecanismos relacionados à terceirização presentes no relatório do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) sobre o projeto de reforma, também foram criticados aspectos da Lei 13.429, conhecida como a Lei da Terceirização, recentemente sancionada pelo presidente Michel Temer. O relatório de Marinho ainda está sob análise em uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

A audiência foi conduzida pelo vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Durante a reunião, o senador também criticou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que transferiu ao trabalhador terceirizado o ônus da prova no que se refere à omissão do poder público, caso sofra calote de empresa terceirizada em contratos com a administração pública.

— Vejam a que ponto chegamos! Como alguém que ganha dois, três salários mínimos, se muito, vai poder provar que foi o governo federal, ou mesmo os estaduais ou as prefeituras, o culpado por não fiscalizar o pagamento do seu salário? Isso não existe — lamentou.

No que se refere ao texto de



Debate conduzido por Paim (4º à esq.) teve minuto de silêncio em memória de nove trabalhadores mortos em Mato Grosso

Rogério Marinho, o representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Paulo Lino Gonçalves, avaliou que uma das consequências da terceirização poderá ser um rebaixamento generalizado da massa salarial em todos os setores da economia. Isso porque, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um trabalhador não pode ter seu salário rebaixado, o que passará a ser possível a partir da contratação como terceirizado de quem até a véspera prestava seus serviços como celetista.

— Se isso acontece hoje, o sindicato entra com uma ação coletiva na Justiça do Trabalho e condena a empresa. Mas se o texto passar como está, o que vai valer é o acordo direto da empresa com o trabalhador, eliminando o sindicato — alertou Gonçalves.

Acidentes

A reforma trabalhista também foi bastante criticada pela representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait),

Rosângela Rassy. Ela lembrou que a maior parte dos casos de acidentes de trabalho no país envolvem justamente trabalhadores terceirizados, número que aumenta conforme cresce a terceirização.

— Já são mais de 700 mil casos por ano, com cerca de 15 mil incapacitados de maneira definitiva e quase 3 mil mortos — citou Rosângela, reforçando que hoje as indenizações relacionadas a acidentes de trabalho já chegam a quase R\$ 200 bilhões, ou 4% do PIB.

Ela também chamou de “absurda” a proposta que torna facultativo o fornecimento de alimentação e serviços ambulatoriais aos terceirizados, assim como o cumprimento do piso salarial.

Coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, o procurador Paulo Joarês Vieira advertiu que o estímulo à “pejotização” já presente na Lei 13.429 trará prejuízos à Previdência Social, diminuindo as contribuições de patrões e empregados ao sistema.

Vieira lembrou que o “liberal” nas terceirizações deverá aumentar os casos de trabalhadores em condição análoga à escravidão, uma vez que hoje cerca de 80% dos resgatados nessas condições são contratados por prestadoras de serviços.

Até mesmo o representante do Ministério do Trabalho na audiência, Mauro Rodrigues, defendeu aprofundamento quadripartite (envolvendo governo, Legislativo, empresas e trabalhadores) nos debates sobre a terceirização, vendo como preocupante o regime de urgência dado à reforma trabalhista na Câmara e a “excessiva flexibilidade” do texto.

Chacina em Colniza

Durante a reunião, foi feito um minuto de silêncio em memória aos nove trabalhadores rurais mortos após tortura em Colniza (MT), na quarta-feira da semana passada. A CDH fará na próxima terça-feira uma audiência para tratar da tragédia. Paim confirmou que fará uma visita à região.

Colegiado analisa novas regras para liberação do FGTS

O trabalhador pode ser autorizado a sacar dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar cursos e quitar empréstimos estudantis. Essa proposta está em projeto que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa hoje, às 11h.

A proposta (PLS 581/2007), de Paulo Paim (PT-RS), libera o acesso ao FGTS após um ano de inatividade da conta (atualmente é necessário esperar três anos) e antecipa o saque livre do fundo para o trabalhador a partir dos 60 anos de idade (a regra atual diz 70 anos).

Universidade

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), acrescentou a possibilidade de uso do saldo do FGTS para pagar mensalidades de curso superior ou profissionalizante (para si mesmo ou para familiares) e para quitar empréstimo com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Caso seja aprovado pela CE, o projeto ainda precisará passar pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS), Infraestrutura (CI) e Assuntos Econômicos (CAE).

A pauta completa da CE conta com 15 projetos de lei. O PLS 525/2009, de Cristovam Buarque (PPS-DF), estabelece padrões mínimos de infraestrutura para estabelecimentos de ensino em todos os níveis.

Já o PLS 294/2014 dá prioridade a professores de escolas com notas baixas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em cursos de aprimoramento previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A proposta será votada na forma de substitutivo do relator, Cristovam.

Bolsa de estudos

Outras proposições que poderão ser aprovadas pela CE são o PLS 212/2016, que inaugura a Política Nacional de Leitura e Escrita, para estimular a alfabetização; o PLS 208/2016, que obriga o desenvolvimento de políticas educacionais para jovens e adultos com deficiência; e o PLS 13/2012, que determina a prestação de assistência psicológica continuada para atletas profissionais.

A comissão também pode analisar o PLS 646/2015, que cria bolsa de R\$ 250 para os alunos de ensino médio da rede pública. Ele é fruto da edição de 2014 do Projeto Jovem Senador, sugerido por estudantes da rede pública e convertido em projeto.

Comissão vota hoje reajustes para servidores

A comissão mista da medida provisória que reestrutura carreiras do serviço público vai examinar hoje o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). A reunião terá início às 14h30.

A MP 765/2016 prevê reajustes salariais para oito categorias de servidores federais, incluindo os auditores fiscais da Receita Federal e do Trabalho, peritos médicos previdenciários, funcionários da carreira de infraestrutura, diplomatas, oficiais e assistentes de chancelaria e policiais civis dos ex-territórios (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima). O texto também reorganiza cargos e carreiras e estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões.

Em audiência na comissão

mista, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dyogo Oliveira, disse que 68 mil servidores serão afetados pela MP, dos quais 38,7 mil inativos.

As mudanças envolvem também reajustes salariais

variáveis, que podem chegar a 28% para peritos médicos da Previdência Social, oficiais e assistentes de chancelaria e analistas e especialistas de infraestrutura, que não tiveram reajuste nos últimos dois anos.

O impacto fiscal para a União

será de R\$ 10,9 bilhões ao longo de quatro anos. Desse montante, R\$ 220 milhões já foram despendidos, uma vez que a MP foi editada no final de 2016 e já produz efeitos. O maior impacto será este ano: R\$ 3,7 bilhões.



O relator da MP, Fernando Bezerra Coelho, e o deputado Hiran Gonçalves em audiência com o ministro Dyogo Oliveira